

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ROMANCE ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

GENDER RELATIONS IN ROMANCE ÚRSULA BY MARIA FIRMINA DOS REIS

Recebido em: 20/2/2024

Aceito em: 30/04/2025

Publicado em: 04/06/2025

Katiana Souza Santos¹ 
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho² 
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: O presente artigo versa sobre a análise do romance oitocentista de Maria Firmina dos Reis intitulado *Úrsula* a partir da perspectiva dos estudos de gênero. Objetiva compreender como a autora, por meio de seus personagens, demarca as relações de gênero vivenciadas em seu cotidiano do século XIX. Como proposta metodológica usamos para esta elaboração a pesquisa bibliográfica e documental, como forma de coleta de dados, tendo a obra literária como fonte primeira dos debates aqui propostos. Identificamos que Maria Firmina dos Reis, através de seus personagens traz importantes reflexões de como fazia a leitura das marcações e relações de gênero, tais como matrimônio, maternidade, sentimentos.

Palavras-chave: Gênero; História; Literatura; *Úrsula*.

Abstract: This article analyzes Maria Firmina dos Reis's 19th-century novel, *Úrsula*, from the perspective of gender studies. It aims to understand how the author, through her characters, demarcates the gender relations experienced in her daily life in the 19th century. As a methodological proposal, we used bibliographic and documentary research as a way of collecting data, with the literary work as the primary source for the debates proposed here. We identified that Maria Firmina dos Reis, through her characters, brings important reflections on how she read gender markings and relations, such as marriage, motherhood, and feelings.

Keyword: Gender; History; Literature; *Ursula*.

INTRODUÇÃO

O romance *Úrsula* foi elaborado por Maria Firmina dos Reis, no ano de 1859, sendo uma obra usada por vários pesquisadores para pensar as relações étnico raciais e de gênero, como forma de olhar para a realidade de meados do século XIX.

As mudanças paradigmáticas no campo da história nos permitem voltar o olhar a outros temas, de sujeitos que por algum tempo foram observados como minorias sociais, como as mulheres, negros, negras, deficientes, crianças, apenados e homossexuais, dentre outras marcações, e que não tinham lugar firmado na construção das ciências humanas. O século XX

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em cultura e sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: katianasouzasantos@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em cultura e sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora, Bolsista Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA. E-mail: zilmara.jvc@ufma.br

será importante para descortinarmos estes “excluídos da história”, parafraseando um termo usado pela historiadora Michele Perrot (1988), sujeitos que na discussão nos campos da história, sociologia, antropologia, geografia humana, entre outras, conquista importância e passa a ser paulatinamente objeto de estudos de muitas pesquisas nas ciências humanas e sociais.

Outra mudança importante é quanto ao uso de outros tipos de textos como fonte de pesquisa, desta forma a aproximação com a literatura se configura como uma importante possibilidade de leitura de contextos sociais, como no caso aqui proposto

O artigo traz como teorias que sustentam suas reflexões sobre a história cultural de Roger Chartier (1990), sobretudo por meio de sua percepção da materialidade do texto e função do autor, corroborando com os estudos de Michael Foucault. Outra categoria central são os estudos de gênero pautados nas elaborações teóricas de Joan Scott e Judith Butler.

Está organizado em duas sessões: a primeira buscamos destacar a aproximação entre história e literatura, por meio da reflexão do percursos epistêmico dessa relação; na segunda sessão apresentamos o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, como fonte para problematizarmos as relações de gênero presentes no território maranhenses em meados do século XX.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho realizamos a aproximação entre os campos da história e literatura, recurso possível devido aos avanços decorrentes das discussões entre a história e outros campos acadêmicos no século XX. A partir destas discussões no campo da história, optamos em analisar a obra *Úrsula*, da maranhense Maria Firmina dos Reis. O estudo aqui apresentado está norteado pelos estudos de Roger Chartier (1990; 2007) em sua aproximação com a literatura. Através de várias de suas obras desenvolver-se-á análises sobre a leitura, os leitores, a imprensa, o livro e o autor.

A partir da discussão de três temas centrais, gênero, história e literatura, analisamos de forma qualitativa (Trivinos, 2009) a construção do gênero e as relações entre os personagens da trama da escritora maranhense, ressaltando as identidades culturais baseadas em elementos que projetam o campo cultural e histórico no qual o romance foi escrito.

O estudo tem como objeto de análise o texto literário *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859, numa sociedade escravocrata e de supremacia masculina, que nos clarifica sobre muitas relações estabelecidas na sociedade oitocentista. O primeiro momento destinou-se à revisão bibliográfica, visando aprofundamento teórico nas categorias trabalhadas

nesta pesquisa. A discussão acerca de temas relacionados ao trabalho é fundamental e ocorreu em grupo de estudo, participação em eventos científicos e orientação contínua.

Recorremos à pesquisa bibliográfica e documental em arquivos e bibliotecas das cidades de São Luís e demais acervos com objetivo de identificar as versões publicadas do romance *Úrsula*, as críticas feitas à obra por autores do século XIX e início do século XX, identificar crônicas, documentos e jornais que relatam os estilos de vida do período a ser analisado.

Objetivamos, desta forma, compreender as construções do gênero por Maria Firmina dos Reis, a partir da análise das relações de gênero presentes em seu romance *Úrsula*, escrito em meados do século XIX. Damos enfoque para o processo de construção literária da obra, analisando igualmente sua autora, suas múltiplas identidades, intervenções e locais de fala.

APROXIMAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

A aproximação entre os campos da História e a Literatura, por um determinado tempo, foi palco de críticas nas ciências humanas, que minimizavam a qualidade de estudos que usavam as obras literárias como fonte e os classificavam como estudos de ficção ou carente de cientificidade. As mudanças paradigmáticas vivenciadas no século XX motivaram ao deslocamento metodológico da história que abriu um leque de estudos de grande importância usando estas novas fontes (Chartier, 2000).

O autor pauta ser necessário pensarmos a “materialidade do texto” que ele compreende como as relações invisíveis presentes na forma como o escrito é apresentado, precisamos identificar as condições de produção, transmissão e percepção. Afirmar existirem “dispositivos formais e categorias discursivas” importantes que compõem este tipo de escrita e que transparecem, ao serem observadas, as diversas relações sociais, culturais e políticas.

Propõem-nos observar o texto através de suas diversas modalidades de produção e transmissão de discursos. Afirmar que o pesquisador, ao analisar uma obra literária, necessita perceber as negociações realizadas entre o texto literário e as práticas e discursos que norteiam o contexto social em que a obra foi produzida. Para além destas interpretações, Chartier (2000) nos instiga a transpor as interpretações que localizam a obra como engessada em um contexto, rígida e predeterminada; que afirmam ser o leitor que caracteriza a obra; ou que atribuem o texto a um autor.

Chartier (2000) propõe uma análise partindo dos estudos já iniciados por Michel Foucault, em conferência realizada em 1969, onde realiza uma análise sobre “O que é um autor?”. Foucault (2001) motiva seus leitores a repensar a figura do autor, não pelo prisma

histórico ou sociológico, mas pela sua relação com o texto. Afirmar que o autor é aparentemente exterior e anterior à sua obra e nos instiga a perceber que uma obra é um discurso e, portanto, devem ser percebidas as relações, marcações culturais e relações entre esta obra e seu autor.

O autor não deixa de desaparecer em sua obra, e o mesmo não se autodetermina visto ser um construto de inúmeros discursos e relações que o perpassam. Isso permite a “individualização da história” que rompe com uma trajetória de biografismos, deslocando o foco da questão da autoria. Buscou-se, a partir dos postulados e contribuições foucaultianas, observar os estudos dos gêneros literários a partir da relação do autor e obra, observando a escrita como prática discursiva.

Nesta perspectiva, *o autor* merece análise especial, visto que não corresponde apenas a um indivíduo, mas é composto por vários determinantes. Nele estão presentes vários autores, múltiplas intervenções e diversas instituições de onde são produzidos os textos.

Chartier ressalta que o legado deixado por Foucault nesta discussão foi alargando-se com a inserção de outros campos da ciência e afirma.

Lembro que em 22 de fevereiro de 1969, às 16 horas e 45 minutos, na sala nº 6 do Collège de France, Michel Foucault, então professor no Centre Universitaire Expérimental de Vincennes, tratava, diante dos membros dessa Société Française de Philosophie, da seguinte questão: “O que é um autor?”. O retorno a este texto que se tornou famoso, assim como a discussão que o seguiu – da qual participaram Jacques Lacan, Jean Wahl e Lucien Godmann –, mostra, imediatamente, o que mudou no encontro possível entre as disciplinas da interpretação e a história dos objetos e práticas (Chartier, 2012a, p. 24).

Desta mudança, podemos dizer epistemológica, iniciada por Foucault, resultaram uma aliança entre Crítica textual e História Cultural. Foi dado um lugar mais significativo às disciplinas que tratam da crítica, edição e interpretação dos textos que buscam analisar as operações dos textos, os atores e os lugares. Fato endossado pela aproximação com áreas como a Geografia Humanista, Psicologia e Psicanálise. Por outro lado, o campo da História Cultural vivenciou, a partir da nova proposta metodológica, um retorno à análise das obras literárias como objeto pesquisa. A aproximação da história com a literatura, através do uso de textos como objeto de estudos ou fonte histórica ganham espaços cada vez mais relevantes nos estudos atuais. Chartier (2000) inova ao propor que aos historiadores pensar a obra literária para além de um simples reflexo da realidade ou de um determinado contexto histórico, sugere-se repensar e resignificar esta instituição literária.

Esta relação entre os textos literários e o contexto social e histórico é pautada num

processo intitulado *negociação*, conceito desenvolvido por Stephen Greenblatt, crítico literário norte americano e especialista nas obras de Willian Shakespeare, em meados do século XX. A ideia era resolver o problema da manutenção do foco sobre a obra, coisa que para Greenblatt era difícil e permeada por rupturas, às vezes inconscientes pelos pesquisadores. Questionar o pano de fundo das obras, sem que este contexto interferisse e tomasse lugar primordial na investigação era o objetivo do pesquisador, entretanto ele é importante na análise e crítica da obra.

Como um representante do novo historicismo, Greenblat (1991) destaca que pesquisadores desta nova perspectiva metodológica não observam os determinantes históricos, que são base para as produções das obras, como contextos engessados ou imóveis. Pelo contrário, os observam como dinâmicos, e por isso devem ser observados para identificarmos a “densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito” que os formam. Propõe que o pesquisador busque os efeitos do sentido dos textos, que auxiliam na construção da significação e produzem as representações. São elementos textuais que decifram espaços, dotam de sentido os contextos sociais e produzem discursos. A função do historiador que utiliza obras literárias em suas produções é tentar compreender estas múltiplas determinações, tendo o cuidado, trato e rigor teórico para não elaborar um estudo que analise como meros reflexos.

Todas estas proposições são fundamentais neste novo contexto de produção histórica que permite ao pesquisador passear por novos terrenos, usar novas fontes de pesquisa e novas metodologias.

DISCURSOS E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ROMANCE ÚRSULA

No século XIX, o romance foi utilizado como difusor de ideias e produtor de hábitos e costumes. A leitura passou a ser consumida de uma forma mais rotineira através dos livros, jornais e revistas que passaram a circular na sociedade brasileira.

Escritores passam a ter suas publicações divulgadas em maior escala. Um fator que contribui para esta mudança é a emancipação da imprensa no Brasil, com algumas mudanças legais que vão permitir a abertura de casas de impressão e a menor censura às publicações. O que se observa anteriormente era uma política de controle bem forte para com os escritores e autores nas Colônias, e no Brasil não foi diferente.

O escritor é inserido numa lógica de apropriação de suas produções e responsável pelo conteúdo de seus textos. Entretanto, como o caso do romance que estamos analisando, a autoria foi mantida em silêncio, por algumas décadas. Firmina ao publicar seu primeiro romance, pela

Typographia Progresso, assina como “Uma Maranhense”, prática usual no momento de sua escrita, mas através desta obra a escritora permite observarmos algumas questões sobre sua percepção das relações sociais naquele momento. Firmina, portanto, é produtora de discursos.

São estabelecidos três procedimentos de exclusão na produção dos discursos nas sociedades ocidentais: a palavra proibida; a segregação da loucura; a vontade de verdade (Foucault, 2014).

A historiografia, por longo tempo, pautou-se nestas distinções para conferir valor de verdade a alguns temas e objetos e desautorizar outros. Na perspectiva foucaultiana, o limiar entre os discursos é tenso e bem flexível, e sugere que estas classificações sejam feitas com muita cautela. Afirma que um dos sistemas de exclusão, *a vontade de verdade*, pressiona a literatura e outros discursos. “Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma –, no discurso verdadeiro” (Foucault, 2014, p. 17).

A produção do discurso de Maria Firmina dos Reis é perpassada por estas necessidades ou pressões que Foucault afirma existirem, visto que o romance brasileiro é permeado por textos que exaltam a cultura, a história e os personagens sociais. Na escrita de Firmina, temas de relevância social dão o tom de sua obra, quando dá voz às mulheres, negros e negras, a escritora permite uma reflexão social sobre as posições que estes sujeitos ocupam naquela sociedade.

Assim é apresentada a obra *Úrsula no Jornal do Comércio*, de agosto de 1861, destinado a assuntos políticos, econômicos e noticiário em geral. “O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados” (*Jornal do Comércio*, 1861)

O discurso produzido por Firmina é, também, político quando reafirma posicionamentos sobre sua vida social, quando denuncia o isolamento a que muitas mulheres são submetidas após o casamento, quando destaca os jogos de poder que envolvem um matrimônio, quando mostra a face do negro, sem as marcações comuns nos textos literários daquele momento (o negro pelo prisma negativo), quando fala do sofrimento do escravo separado à força de um cotidiano e uma história em suas terras de origem, quando afirma que seu romance é mesquinho, mas que o publica como incentivo a outras escritoras. Como afirmou Foucault (2014b) o discurso é composto, inclusive, pelo objeto do desejo, por aquilo que se luta, e desta forma Firmina estabelece em suas linhas e páginas a vontade de viver em um mundo menos desigual.

Perceber como as relações de gênero se estabelecem neste romance e como Firmina é apresentada pela sua sociedade, assim como são suas percepções sobre diversos temas presentes

em seu contexto social é nosso desafio nas páginas que sucedem.

PERSONAGENS E RELAÇÕES DE GÊNERO

Úrsula é um romance que constitui o cenário social de uma província no norte do Brasil, com características tropicais. Sua trama foi desenvolvida pela escritora maranhense Maria Firmina que descreve na narrativa o amor de Úrsula e Tancredo.

Através da trajetória de Tancredo e Úrsula, outros personagens ganham vida e as relações são estabelecidas. Desta forma, são descritos por Firmina, as histórias de Luísa B., negra Suzana, Adelaide, Comendador Fernando, negro Túlio, negro Antero, o pai e mãe de Tancredo.

D. Luisa B., a mãe de Tancredo, Adelaide, Suzana e Úrsula são as vozes representativas das mulheres na obra de Firmina dos Reis. Através destas personagens podemos compreender como se configuravam as relações sociais no contexto em que a escritora maranhense estava inserida.

Neste romance, considerado o primeiro que discute a questão do negro, escrito por uma mulher, a escritora expõe diversas percepções sobre a sociedade maranhense, em meados do século XIX, marcada pelos traços da escravidão, supremacia masculina e segregação social. Percebemos que todos os personagens são reafirmados e ganham espaço na narrativa a partir da presença de uma mulher.

A MATERNIDADE E O CASAMENTO

As mulheres das classes mais privilegiadas gestavam o sonho do bom casamento desde sua infância, quando eram orientadas através de discursos produzidos pela igreja, família e escolas (para moças). “De acordo com essas concepções a mulher deveria ficar restrita ao espaço privado e dedicar-se a sua função de administradora do lar e educadora dos filhos, enquanto que o sustento da família caberia ao marido” (Sousa, 2010, p. 49).

Outra concepção bastante forte neste momento, meados do século XIX, são as construções feitas sobre o corpo feminino, que estava muito destinado a função do exercício da maternidade. Como Costa (1996) expõe, a mulher foi alvo de muitos estudos no campo da medicina que buscavam legitimar, por meio da análise de suas estruturas físicas, a função da maternidade. Afirmava-se que o corpo feminino era estruturado para as funções menos intelectuais e abstratas, como aquelas exigidas na vida pública e política. O corpo ser destinado

a atividades mais práticas e a maternidade aparece como uma das principais funções que deveriam ser exercidas pela mulher.

Na narrativa, a maternidade é exposta por Maria Firmina, nos apresentando algumas mulheres que irão de formas distintas exercer esse “papel”. São elas: a) D. Luísa B. que é mãe de Úrsula, a principal personagem do romance; b) a mãe de Tancredo, rapaz que compõe com Úrsula o principal par romântico; c) negra Suzana, que era escrava na fazenda da mãe de Úrsula; d) a mãe da negra Suzana, que aparece muito timidamente na narrativa, mas que merece ser aqui citada. Podemos identificar que Firmina descreve vários exemplos para expor as relações maternas estabelecidas em meados do século XIX.

Na trama escrita por Firmina, D. Luísa B. (mãe de Úrsula) fica órfã e os cuidados a ela são de responsabilidade de Fernando P., seu irmão mais velho. Após a morte dos pais deles, é Fernando quem vai organizar a vida e ser responsável pelos negócios da família, por isso Luísa devia obediência ao irmão, visto o cuidado que o mesmo tinha para com ela. Na narrativa, as relações entre os irmãos eram estáveis, até Luísa encontrar Paulo B. e se apaixonar pelo mesmo. Contrariando seu irmão, Fernando P., Luísa casa-se com Paulo B. Nesse sentido Firmina destaca a fala de D. Luísa B.:

esse homem [Fernando P.] tão implacável como o vedes, era um terno e carinhoso irmão. Amou-me na infância com tanto extremo carinho que o enobrecia aos olhos de meus pais, que o adoravam, e depois que ambos caíram no sepulcro, ele, continuou a sua fraternal ternura para comigo. Mais tarde um amor irresistível levou-me a desposar um homem que meu irmão no seu orgulho julgou inferior a nós pelo nascimento e fortuna. Chamava-se Paulo B.
Ah! Senhor! – continuou a infeliz mulher – este desgraçado consórcio que atraiu tão vivamente sobre dois esposos a cólera de um irmão ofendido, fez toda a desgraça da minha vida. Paulo B... não soube compreender a grandeza de meu amor, acumulou-se de desgosto e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. Não tivera eu uma filha, que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa! Mas ele me perdoará do fundo do seu sepulcro; porque sua filha mais tarde foi o objeto de toda sua ternura, e a dor de francamente poder reabilitar sua casa em favor dela lhe consumia, e ocupava o tempo (Reis, 2004, p 102).

Fernando P. tutelava Luísa B., após a morte de seus pais, e tinha perspectivas de casamentos que indicassem prestígio e manutenção da fortuna. Como afirma Abrantes (2010), o ideal do amor romântico era uma das ideias propagadas a partir do século XIX. Antes o que tínhamos eram casamentos arranjados, com finalidade econômicas de potencializar patrimônios, de estabelecer relações de ganhos financeiros através da união de famílias pelo matrimônio. “O ideal do amor romântico provocava mudanças no pacto matrimonial, mas não transformações radicais a ponto de abalar totalmente a tradição, especialmente

no meio das elites” (Abrantes, 2010, p. 23).

O ideal do amor-paixão romântico é problematizado por Costa (1999) quando o localiza este construto como tendo uma finalidade bem acentuada na sociedade ligada ao comércio e à “nova ordem burguesa”. Afirma que o amor romântico, criado desde meado do século XVII por filósofos e literários, sendo apropriado posteriormente como estratégia para empoderamento do modelo nuclear de família que naturaliza e reforça algumas funções aos indivíduos, como determinar a maternidade às mulheres, a paternidade aos homens. A ideia está presente nas construções artísticas do século XIX, como no caso da obra firminiana.

Expondo indícios destas mudanças em seu contexto social, Firmina apresenta dois comparativos de casamentos. O primeiro, exposto na citação acima, Luísa B. não se enquadra nas ordens de seu responsável legal, o irmão Fernando P. Observamos que em nome de um amor fraternal, a figura masculina representada pelo comendador Fernando estabelece a posse sobre a mulher. Através desta relação entre os personagens, Firmina indica sinais de uma sociedade onde as mulheres estavam limitadas a contextos bem definidos.

À Luísa B., o bom casamento é seu destino como mulher, e devem ser asseguradas e respeitadas regras como a escolha de um bom pretendente, o que era feito por terceiros, o cuidado com a manutenção da fortuna familiar, buscando a prosperidade deste patrimônio. Abrantes (2010) afirma que foi observado no Maranhão, no decorrer do século XIX, uma mudança significativa em relação ao dote, que entrou quase em desuso. Entretanto, foram mantidos os requisitos étnicos e sociais para a consagração de uniões matrimoniais. Outras características passam a nortear as relações amorosas, como o ideal do amor romântico, que modifica algumas relações sociais aqui vivenciadas.

Por meio de Luísa B., percebemos que Firmina expõe um pouco destas mudanças oitocentistas. O ato de insubordinação de Luísa B. para com a determinação de seu irmão Fernando, foi motivado pelo ideal do amor romântico construído no século XIX por muitos elementos, dentre os quais estavam a literatura, peças teatrais e músicas.

Luísa B. jovem apaixona-se por Paulo B., homem de pouca fortuna e sem grande prestígio social. Isto contrariou a vontade do seu irmão, visto que implicava em percebê-la como uma mulher de honra questionável. O bom casamento, naquele momento, dignificaria a mulher e a colocaria em posição de respeito em uma sociedade marcada por distinções sociais hierarquizantes. Quando uma jovem e sua família aceitavam um casamento considerado ruim, podia significar que aquela família estaria com problemas de ordem financeira, moral ou social.

Maria Firmina narra em breves linhas, todo movimento emocional que a mãe de Úrsula

passa desde o encantamento pelo pretendente ao sofrimento agudo. Finaliza a história de amor dos pais da personagem central com a morte de Paulo B. O casamento não gerou prosperidade para a família, visto que o pai de Úrsula, dizimou uma fortuna com gastos desnecessários, não protegendo sua família. A proteção da família e a prosperidade do patrimônio estavam como função do homem, assim como a maternidade e cuidado com o lar estavam como função para mulher. A concepção binária é bem marcada por Maria Firmina em sua narrativa, naturalizando os termos mulher e homem como representativos do conjunto de mulheres e homens.

O dote, como afirma Abrantes (2010) exercia a função de proteger e resguardar a mulher de algumas situações onde o cônjuge não conseguia honrar com suas atribuições ou quando a manutenção da posição da posição social da mulher não era possível, por limitações financeiras do esposo. Desta forma, havia o estabelecimento do dote como um seguro à esta mulher casada. Algumas leis elaboradas no século XIX buscaram preservar este bem dotal das mulheres, entretanto o que se percebeu foi a efetivação de uma dependência cada vez maior da mulher em relação ao homem. O dote, durante todo o século XIX, foi entrando em desuso por não inserir-se na lógica capitalista e por aflorarem outros elementos que denotavam prestígio social, como a educação e erudição.

O discurso social que se fala é baseado numa lógica heteronormativa, localizado e sendo operacionalizado no interior das classes mais privilegiadas. Quando se expõem as relações dotais e as configurações sociais que são realizadas para estabelecimento destas uniões matrimoniais, fala-se das famílias com posses, dos grupos que compõe a elite e deixando à margem as relações das classes menos privilegiadas que se organizam de modo distinto.

Na narrativa de Maria Firmina a questão do dote aparece no casamento de Luísa e Paulo B. (pais de Úrsula), onde houve o estabelecimento do dote e a fortuna não foi bem administrada. Outro momento em que a discussão sobre o dote aparece, como impedimento a uma união matrimonial é no noivado de Tancredo e Adelaide. O pai do jovem Tancredo se coloca contrário ao casamento e um dos motivos expostos na trama foi a ausência de fortuna de Adelaide, órfã que vivia de favores na casa dos pais do rapaz, mas além das questões dotais, havia ainda a ausência de prestígio social, visto a filiação humilde de Adelaide e sua condição de órfã.

Na fala de D. Luísa B., podemos ainda perceber a rotina de muitas mulheres em meados do século XIX, destinadas aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Este era o ideal de mulher considerada respeitável por aquela sociedade.

Outro elemento destacado na narrativa firminiana, é a submissão da mulher em relação ao homem. Percebemos isto nessa fala de Luísa, quando a mesma relata os defeitos de seu

esposo Paulo e expõe os sofrimentos vividos em seu casamento, ela o faz invocando o perdão do marido já falecido. Isto mostra que as relações não deveriam ser expostas em público, as questões de foro familiar, principalmente sofrimentos e desencantos deveriam ser silenciadas, pois não seria de “bom tom” expor seu esposo. A culpa reflete a manifestação deste medo e do estabelecimento destas convenções. Mesmo sendo a vítima, Luísa B. invoca o perdão do esposo, por falar a estranhos sobre a rotina de sua casa. Firmina marca, desta forma, as relações desiguais entre os sujeitos do gênero na instituição do casamento.

Outro exemplo desta desigualdade é narrado por Maria Firmina através do casamento dos pais de Tancredo. O estabelecimento das relações matrimoniais entre o casal é pautada num sentimento de medo e num sofrimento extremo da mãe de Tancredo que desenvolve as funções de administradora do lar, mas não tem autonomia ou poder de decisão sobre a vida de seu filho. Tancredo em uma de suas falas compara o amor entre seus pais e reafirma a posição de submissão de sua mãe.

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura. Meu pai era para com ela um homem desapiedoso e orgulhoso – minha mãe era uma santa e humilde mulher. Quantas vezes na infância, malgrado meu testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvoroçava-se nestas ocasiões, apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe. É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos que a minavam, tocavam o fundo da minha alma (Reis, 2004, p. 61).

Percebemos que a relação estabelecida na família mais rica da trama era de extremo desrespeito, sendo a representação da figura materna constituída na narrativa de Firmina por dor, doação e limitações.

Após a morte da mãe de Tancredo, seu pai escolhe Adelaide (a jovem prometida ao seu filho Tancredo) para ser sua esposa, numa postura de autoridade máxima sobre as vssidas dos seus subordinados. O que Firmina quer falar através do segundo casamento do pai de Tancredo? Podemos compreendê-lo como contraponto da percepção do matrimônio como sofrimento? Quem era a esposa Adelaide?

Adelaide era sobrinha da mãe de Tancredo, ficou órfã muito cedo e foi adotada por aquela família. Foi pedida em casamento por Tancredo, o que não foi autorizado pelo seu pai que estabeleceu uma condição para abençoar a união matrimonial: que o filho fosse a São Paulo elevar seu conhecimento formal. Era usual que filhos de nobres viajassem para

outros estados ou para Europa buscando melhorar sua erudição.

Desde o século XIX, os filhos da elite completavam seus estudos na Europa e quando não podiam desfrutar da educação superior no exterior, o faziam em instituições de estados da região sul do Brasil, ou mesmo em Pernambuco, na faculdade de Direito de Recife (Sales, 2010, p. 133).

Seguindo esta rotina, comum no século XIX, Firmina narra a ida de Tancredo a outro estado, deixando Adelaide (sua pretendente) e sua mãe aos cuidados do seu pai. Entretanto, seu pai desenvolvendo uma postura arbitrária modifica todo o acordo e casa-se com a pretendente de seu filho. Firmina, descreve o encontro de Tancredo e Adelaide:

No salão havia um turbilhão de luzes; no fundo, reclinada em primoroso sofá, estava uma mulher de extrema beleza. Figurou-se-me um anjo. A esplendente claridade, que iluminava esse salão dourado, dando-lhe de chapa sobre a fronte larga e límpida circundava-a de voluptuoso encanto. Era Adelaide. Adornava-a um rico vestido de seda cor de pérolas, e no seio nu ondeava-lhe um precioso colar de brilhantes e pérolas, e os cabelos estavam enastrados de joias de não menor valor. Distraída, no meio de tão opulento esplendor, afagava meigamente as penas de seu leque dourado (Reis, 2004, p. 87).

A nova esposa do pai de Tancredo é retratada com toda sua beleza, num cenário de luxo e requinte, sinônimo da nobreza oitocentista. Tentava-se imitar os ares europeus. “Apresentar-se dignamente vestida, de acordo com a moda europeia, tornou-se algo imprescindível. O bom falar, o bom receber e o comportamento adequado passaram a fazer parte desta nova realidade que marcou praticamente todo o século XIX” (Sousa, 2010, p. 43).

A visão do casamento como negativo e extremamente sacrificante, é parcialmente esquecida quando a escritora narra a vida de Adelaide, após o casamento, como uma mulher luxuosa e bem servida por inúmeros escravos. Entretanto, percebemos que Firmina, para além dos atributos externos, apresenta esta mulher como solitária e não difere sua constituição emocional das demais esposas até então retratadas. O que a difere é o requinte de riqueza e luxo, que envolvem a personagem. Na narrativa, Adelaide aparece como uma mulher que não segue os valores humanos e religiosos, descrita por Tancredo como “mulher infame e desdenhosa, fria e impassível como a estátua” (Reis, 2004, p. 34).

As funções do matrimônio são destinadas à mulher, da mesma maneira como a maternidade. A mãe narrada por Firmina é sempre caracterizada como *angelical, doce, gentil, altruísta e generosa*. Desde o século XVIII se difundia no Brasil os ideais positivistas, que perpassavam vários âmbitos da vida em sociedade, inclusive a família, a percepção sobre a

mulher e sobre o homem.

O modelo positivista de feminilidade torna a mulher um ser cada vez mais próximo de um anjo. Sua pureza é ressaltada como elemento que a torna a guardiã natural da moral e do lar. Através de um comportamento de sacrifício e virtude, as mães deveriam oferecer o exemplo para suas filhas que eram futuras mães (Silva, 2013, p. 38).

Neste momento, a maternidade é defendida como um determinante social da mulher, portanto as que se encontravam em idade fértil deveriam se preocupar com o matrimônio e cuidado com os filhos. Este modelo é fruto de discursos produzidos por diversas instituições. Butler (2013) nos convida a pensarmos as convergências que levam estas proposições a tomarem status de verdade e normalidade. Apontando para a tese da filósofa Julia Kristeva sobre a lei paterna que afirma que o “desejo de dar à luz como um desejo da espécie, parte de uma pulsão libidinal feminina coletiva e arcaica que constitui uma realidade metafísica sempre recorrente” (Butler, 2003, p. 135).

Nesta compreensão, o “*instinto materno*” seria reificado como ontológico e pertencente ao sujeito, em consonância com os padrões normativos. Butler citando Foucault se contrapõe a esta visão da maternidade como ontológica ao ser.

Para Foucault, o corpo não é “sexuado” em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma “ideia” de sexo natural ou essencial. O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder (Butler, 2003, p. 137).

Afirma que conceber a produção discursiva do corpo como anterior ao próprio discurso é negar as relações de poder inerentes a estes processos. A “economia libidinal materna”, a partir da perspectiva foucaultiana seria um construto histórico da sexualidade (Butler, 2003).

A defesa do discurso heteronormativo, que demarca as funções exercidas por homens e mulheres nas relações sociais é embasada em discursos especializados produzidos nos séculos XVIII e XIX. Firmina traz estas marcações de forma bem clara em sua produção.

Percebemos que as construções positivistas, neste contexto oitocentista, localizam mulheres e homens, como sujeitos que exercem, pela sua “natureza” em perspectiva biológica, “papéis” bem definidos, o que identificamos no romance de Firmina. Em sua trama são reforçados alguns valores e costumes usuais em seu contexto político, constituindo de atualização dos padrões normativos e ao mesmo tempo um movimento de crítica às condições sociais das mulheres em sua obra.

Firmina narra outras formas de vínculos familiares como a relação de adoção entre os negros Suzana e Túlio que foram separados de suas famílias durante a captura para o cativeiro e que se unem na fazenda dos pais de Úrsula desenvolvendo, segundo a narrativa da escritora, uma relação de mãe e filho.

Maria Firmina tem uma visão idealizada da África como local onde não existem conflitos. Através de sua narrativa, representa a maternidade vivenciada no território africano como positiva e descreve os momentos da negra Suzana e sua filha, com leveza, mostrando uma intensa felicidade e pureza dos sentimentos. Além de mostrar uma nova visão da maternidade, como algo não tão limitante para a mulher, Firmina ainda localiza esse exemplo num local, considerado um nicho daquela sociedade, a África.

Além da relação com sua filha, a maternidade ainda é retratada através dos vínculos que a negra Suzana tem com Túlio, negro de D. Luísa B. Na narrativa, os dois são separados de sua família e na fazenda Suzana adota o menino Túlio por filho. Sobre esta relação Firmina escreve: “E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele [Túlio]; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz” (Reis, 2004, p. 112). E continua em diálogo posterior quando Túlio anuncia sua partida, junto à Tancredo que lhe dará a alforria.

- Onde vais Túlio?
- Acompanhar o senhor Tancredo de *** - respondeu o interpe-lado
- Acompanhar o senhor Tancredo! – continuou a velha com acento repreensivo – Sabes tu o que fazer? Túlio, Túlio!...
- Depois de pausa, ajuntou:
- Não sentes saudades dessa casa, ingrato?!
- Não, mãe Suzana, não me alcunheis de ingrato. Quantas saudades levo eu de vós! Oh só Deus sabe quanto pesam elas!
- Tu!? – exclamou ela procurando ler-lhe no fundo do coração os sentimentos, que o animavam – Tu não levas saudades alguma. Tu-lío; se as levasse, quem te obrigaria a deixar-nos?
- A gratidão – respondeu ele com presteza.
- A gratidão!? E não a deves à senhora, que para ti tem sido qua-se que uma mãe? Não a deves à menina? E por que a deixas? é o que não sentes saudades dela (Reis, 2004, p. 113).

Suzana interpela o seu “filho adotivo” cobrando o cuidado que a mesma teve para com ele. Neste capítulo, intitulado “A Preta Suzana”, Firmina critica a escravidão e reforça a ideia da maternidade como algo positivo. Primeiro expõe a relação de Suzana e sua filha, ainda na África, gozando de sua liberdade. Os traços tristes e árduos, destinados as mães brasileiras não são percebidos na fala de Suzana sobre este momento de sua vida. A paisagem que monta este cenário é límpida e clara, demonstrando leveza. Entretanto, este enlace maternal é rompido com a captura de Suzana, que nunca mais verá sua filha e mãe.

Maternidade e matrimônio são elementos comuns na sociedade oitocentista maranhense, fruto de produções discursivas sobre as funções “naturalizadas” da mulher e são retratados de forma bem detalhada pela escritora. Vejamos como a mesma descreve, no seu romance, a infância e a mocidade.

A INFÂNCIA E MOCIDADE

“Minha filha, sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo” (Reis, 2004, p. 117). Maria Firmina através da fala de negra Suzana descreve a filha com características angelicais, ainda livre das mazelas das sociedades e residindo num ambiente de proteção. Aos pais, cabiam as tarefas de proteção incondicional e educação, que ficava sob a responsabilidade materna.

[...] segundo Positivismo, a mulher era exclusivamente responsável pela educação dos filhos e pela orientação daquilo que seria bom, (doutrina positivista), e mau, (a doutrina católica). Ou seja, cabia a mulher o direcionamento da sociedade, o que aumentava sua responsabilidade e importância (Sousa, 2010, p. 62).

A proteção à infância era primordial para a construção de uma sociedade pacífica, visto que estes sujeitos moldados desde esta fase da vida, ao chegarem à sua mocidade deveriam manter os preceitos nos quais foram ensinados. No caso das meninas, a chegada da mocidade era permeada por preocupações como o cuidado com o lar, já que se preparavam para gerir a sua família posteriormente.

No século XIX, cristalizou-se a imagem da mulher como rainha do lar, que trazia para si toda responsabilidade com as atividades do seu “reino”, como por exemplo, o cuidado dos filhos, a alimentação, a higiene, a implantação de valores religiosos no seio do lar, a unidade doméstica de uma maneira geral. Assim, algumas exigências foram lançadas às mulheres, como a sabedoria para atrair o marido ao aconchego da casa, melhor educação para os filhos, sendo bem disposta, amável e, sobretudo silenciosa. Essas imagens e ideais foram importantes na formação das perspectivas sobre as mulheres no início do século XX (Sales, 2010, p. 141).

Percebemos o reforço a este ideal de mulher oitocentista, ao passo que são feitas e identificadas, igualmente, novas posturas que vão caracterizar uma “nova mulher” que mantém traços construídos em períodos anteriores, mas se traveste de novas responsabilidades. O positivismo influencia as ciências, artes, vida social e interfere na percepção desta nova mulher. Silva (2013) afirma que o escritor maranhense Aloísio de Azevedo escreve algumas notas onde faz crítica à postura das mulheres maranhense, que estão muito afeitas às tradições e

religiosidade. Parecia ser necessário estabelecer novas posturas e transcender práticas ligadas ao passado colonial, mantendo as demarcações de gênero anteriormente construídas.

A constante frequência das mulheres maranhenses nas igrejas passou também a ser criticada, muitas vezes em discursos agressivos e de tom jocoso. Os males da sociedade eram atribuídos à Igreja e sua influência sobre a educação, sobretudo feminina. No século XIX a presença das mulheres da elite nos templos se tornou algo mais constante ou mais visível, principalmente pelo fato de que era uma forma destas escaparem do estado de clausura que o ambiente patriarcal as impelia, além do fato do ambiente urbano propiciar mais lugares de convívio e possibilidade de sociabilidade (Sousa, 2010, p. 48).

Como exemplo, citamos o discurso de Aloísio de Azevedo, no Jornal *O Pensador* – citado por Silva (2013) em seu estudo –, onde o mesmo estabelece uma crítica severa às posturas exercidas pelas mulheres maranhenses que são orientadas pela igreja, afeita às superstições e temerosas. Mas, estabelece algumas ponderações destacando àquelas que não se dobram a todas as normas e tomando algumas posturas de micro resistências burlam normas, escrevem, leem obras tidas por inapropriadas e aceitam cortejos ou administram fortunas, como o caso da tão conhecida Ana Jansen.

Campos (2009) expõe através de seu estudo a história de 40 mulheres que viveram no Maranhão entre os anos de 1800 a 1822 que administraram riquezas e mantinham relações de poder nesta sociedade, tão marcada por valores hierarquizantes sobre as mulheres. D. Anna Umbelina de Aguiar, Vicência de Oliveria, A preta Anna Maria, Maria Thereza Pereira, D. Maria Raimunda, Anna Joaquina dos Reis de Aragão, Apolônia Maria de Lemos, Anna de Araújo Cerveira, Anna Roza Gomes, Francisca Xavier Bekeman, Maria Thereza de Jesus, Maria de Nazaré, Maria Izabel Freire, Rita Raimunda de Cássia Castro e Souza, Anna Joaquina Mouzinha, Anna Maria Garcia, Chatarina Maria, Joanna Correa de Andrade, Josefa Maria Cappitulo, Jozefa Maria da Encarnação, Maria de Castro Cavalcante, Maria Joaquina Rosa, Maria José Lopes de Souza, Laurianna Ferreira Gomes, Maria Magdalena de Jesus, Anna Joanna Dornelles, Apolonia Maria do Livramento, Apolônia Pereira da Silva, Maria Gertrudes Ferreira, Joanna Michaela de Castro Jansen Moller, Apolônia Tereza Gonçalves, Izabel Caetana Botelho, negra Maria do Rozario, Francisca Apolonia Pahim, Monica Joaquina Lopes, Roza Francisca Maria Berfort, Joaquina Maria Garcia, Maria Querubina de Moraes Rego e Silva, Donana Caetana Pacheco e Maria da Silva. Histórias que têm em comum a possibilidade de exercer “papéis” ou funções que destoavam daquilo que reforçava as ideias das mulheres numa posição de submissão. Estas mulheres administraram fortunas, distribuíram riquezas

através de seus testamentos e circulavam em São Luís como figuras a serem respeitadas.

Maria Firmina narra, através de suas personagens, posturas distintas daquilo que era mais comum à uma mulher, naquele contexto social. Muzart (2003) afirma que as escritoras do século XIX, exercem posicionamentos diferenciados, pois estas desenvolvem quebras do silêncio, deslocam algumas práticas naturalizada e refletem sobre as condições sociais que estão inseridas, através de seus textos. Indícios dessas novas posturas, encontramos em Úrsula que, inicialmente, é uma jovem dócil e frágil, mas que foi capaz de se posicionar contrária às determinações do comendador e seu tio Fernando P, homem dotado de personalidade forte e cruel.

Úrsula é descrita como “tão caridosa...tão bela...e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos negros, formosos, e melancólicos. [...] Úrsula era ingênua e singela [...]” (Reis, 2004, p. 32).

Firmina destina todo um capítulo para descrever a personalidade de Úrsula, a partir do cuidado com sua mãe, uma senhora paralítica que depende em tudo dos cuidados do outro. O sentimento seja ele de sofrimento ou alegria são enaltecidos e caracteriza o cenário do texto literário no século XIX (Bosi, 2013).

Na trama, Úrsula traveste-se de coragem e questiona a determinação que lhe seria imposta: o casamento com Fernando P., seu tio e um homem cujas decisões eram inquestionáveis. Com bravura, desde o primeiro contato com o comendador, deixa claro que não aceita o cortejo e que tem voz e vontades que deveriam ser respeitadas. Tal ato de insubordinação, motivada por um amor já nutrido por Tancredo, leva Úrsula a fuga que vai interferir nas vidas de todos os personagens da trama.

A narrativa de Firmina relata a trajetória da vida de Úrsula, desde o início de seu relacionamento com Tancredo até sua fuga de Fernando P.. Neste espaço temporal a escritora vai retirando das narrativas os personagens, sempre usando como recurso a morte. Impacta, primeiramente, nas decisões de Úrsula a morte de sua pobre e sofrida mãe. Assim é narrado o final da vida de D. Luísa B. “Então Úrsula, a pobre órfã, ajoelhou-se aos pés do leito, e envolvendo em seus braços o corpo inanimado, com seus lábios, trêmulos de dor, tocou os lábios frios de sua mãe, tentando, em balde transmitir ao coração materno o hálito ardente, que a animava” (Reis, 2004, p. 151).

Úrsula, aquela dócil e amorosa filha, protegida como que a uma grande riqueza por sua mãe, encontra-se desamparada. O que lhe restava era aceitar às inclinações de Fernando P.? Sua mãe em vida a incitou à fuga e agora, o plano maternal deveria ser colocado em prática.

Através deste conflito entre Úrsula, Fernando P., Luísa B. e Tancredo percebemos que Firmina defende a ideia que as mulheres não deveriam submeter-se às determinações sociais que lhes eram destinadas. Na narrativa firminiana, Fernando P. tinha o sentimento de posse por Úrsula, a considerava um objeto que poderia ser apossado em qualquer momento.

- Não é possível! Embora ela [Úrsula] o ame, não poderá resistir à minha vontade. E demais aonde está agora esse [Tancredo] insensato? Na comarca de ***, quando voltar tudo estará feito: Úrsula será já minha esposa, e ele, resignado, ou esquecido, ou mesmo desesperado; mas respeitando a minha posição social, e meu nome, morrerá de inveja, embora amaldiçoando a minha felicidade. Mas, se pelo contrário!... não é possível! Se pelo contrário, ai dele! (Reis, 2004, p. 165).

A mulher é desenhada como uma propriedade do homem cujas decisões eram inquestionáveis. Entretanto, Firmina esboça seu contraponto às determinações que na sociedade oitocentista se fazia naturalizadas. Narrando uma fuga, estabelece as resistências que eram observadas e vivenciadas. É Úrsula quem convoca Tancredo para fuga de Fernando P.: “—*Fujamos Tancredo! Mas, ah! o seu ódio pode seguir-nos por toda parte*” (Reis, 2004, p. 174).

A Úrsula firminiana é caracterizada como uma mulher que resiste, num movimento que entrelaça docilidade e loucura pela dor, medo e garra, ações de resistências em nome de suas vontades. As batalhas que Úrsula estabelece durante toda trama a levam ao estado de louca, por perder um a um todos os seus amores: “*A infeliz enlouqueceu de dor, e sua loucura mirrou-vos a esperança do seu amor!*” (Reis, 2004, p. 226).

O oposto deste ideal de mulher, boa e pura, é feito por Adelaide que é descrita por Firmina como uma mulher sem pudores, que é movida por ambições: “*bela como anjo, sedutora como uma fada, maligna como um demônio, e entretanto amada, muito amada*” (Reis, 2004, p. 35).

Adelaide é apresentada, inicialmente como uma menina que carece de cuidados. A mãe de Tancredo a descreve: “*É filha de minha prima e órfã de mãe e pai*” (Reis, 2004, p. 59).

Percebemos a ideia de fragilidade quanto à Adelaide, que pelo fato de ser órfã, foi levada para morar na casa dos pais de Tancredo. Através desta personagem, é ratificado o discurso da proteção sobre o que se configurava o “sexo frágil”, que necessitava ser protegido e resguardado. Desta forma, Firmina destina, na narrativa, os cuidados e proteção de Adelaide à Tancredo, que afirma “[...] de joelhos prometi a minha infeliz mãe ser o escudo da formosa órfã” (Reis, 2004, p. 59). Nesta decisão, quase servil, encanta-se pela donzela e solicita a benção de seus pais sobre o matrimônio, porém lhe é negado, visto que Adelaide não possui bens para o dote, tampouco tem prestígio social. Pela voz de Adelaide, Firmina expõe

esta característica dos matrimônios oitocentistas.

- Tancredo, sou pobre, e teu pai se há de opor a semelhante união. [...] E minha mãe conheceu a afeição que nos ligava, e estremeceu de horror.
- Meu Filho, - disse-me um dia, chorando – tu amas Adelaide, eu o tenho adivinhado; porque ao coração da mãe nada se oculta. Vais amargar a tua existência...
- Tancredo, meu filho, não cedas a um amor que te pode vir a ser funesto. Adelaide é uma pobre órfã, e teu pai não consentirá que sejas seu esposo (Reis, 204, p. 61).

A donzela por não apresentar o dote não seria digna de estabelecer relações com alguém das classes mais privilegiadas. Pela voz do pai de Tancredo, percebemos os motivos de tal desaprovação.

- Escuta-me, Bem sabia eu que te ias afligir; porém atender-me. A esposa, que tomamos, é a companheira eterna dos nossos dias. Com ela repartimos as nossas dores, ou os prazeres que nos afagam a vida. Se ela é virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela que lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ela enfim quem lhes forma o coração, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. Mas, se pelo contrário sua educação abandonada torna-se uma mulher sem alma, inconsequente, leviana, estúpida, ou impertinente, então do paraíso das nossas sonhadas venturas despenhamo-nos num abismo de eterno desgosto. O sorriso foge-nos dos lábios, a alegria do coração, o sonho das noites, e a amargura nos entra na alma e nos tortura. Amaldiçoamos sem cessar essa mulher que adorávamos prostrados; porque se nos figura agora o anjo perseguidor dos nossos dias.
- Vês, meu filho – continuou – Adelaide é apenas uma criança; é tão nova ...tão pouco conhece suas qualidades que... (Reis, 2004, p. 73).

Na trama, Adelaide, ainda vive um segundo casamento, após a morte do primeiro esposo. Neste segundo relacionamento foi extremamente infeliz, gozando das dores e desamores que era outrora testemunha e causadora.

A mocidade firminiana é representada pelos ideais românticos, sempre movida por grandes amores. Embora sejam reforçados alguns valores culturais oitocentistas, identificamos as experiências de resistências destacadas no texto. Úrsula é retratada na narrativa como este sujeito desviante, ao ser representada como dócil e corajosa, se contrapondo às determinações autoritárias sobre sua vida. Percebemos que Firmina incita a uma reflexão, mesmo que tímida ainda, sobre as condições sociais que muitas mulheres eram submetidas. O próprio ato da escrita, naquele momento, já reflete uma postura diferenciada da escritora.

AMOR E O ÓDIO DOS HOMENS DESCRITOS POR FIRMINA

Da mesma forma como a mulher foi historicamente constituída no século XVIII, o homem também marcado por construções discursivas que o localiza numa zona superior e obriga-o a exercer posturas mais assertivas e resolutivas. Desde cedo precisa

assumir as posturas que lhes são delegadas. Frieza, controle de emoções e insensibilidade. No século XIX, percebemos através da difusão dos discursos positivistas e religiosos, essa defesa ao homem que não teme, que é superior e que é provedor do lar (Sousa, 2010).

Os homens firminianos são retratados com características que elevam os sentimentos como ódio e amor, que são as molas propulsoras de suas ações. O interessante é que estes sentimentos têm centralidades nas personagens que a escritora descreve, ou seja, sempre observamos ao longo da trama o amor ou ódio sendo iniciado pelo sentimento gestado por uma mulher. Tancredo e seu pai rivalizando pelo amor por Adelaide; Tancredo e Fernando P. disputando o amor de Úrsula; Fernando P. e Paulo B. odiando-se pelo amor de Luísa B.

Em todas estas relações, havia uma figura de mulher que direcionava a trama, por isso concordamos com Algemira Macêdo Mendes (2006) quando afirma que as mulheres dão vida aos homens, na trama firminiana.

Tancredo, por exemplo, era um jovem apático e incapaz de se posicionar contrário ao seu pai quando o mesmo maltratava sua mãe. Ao conhecer Úrsula, este cria coragem para desafiar as decisões de seu pai e de seu rival Fernando P.. A trama está voltada para as mudanças de atitude ao contato com o amor nutrido por uma donzela.

Apesar de serem movidos por sentimentos, Firmina expõe outras marcas que são bem presentes no ideário sobre os homens de meados do século XIX. Seus personagens apresentam características como virilidade e violência quando desejam satisfazer suas vontades.

Fernando P. e o pai de Tancredo são construídos como homens sem coração e bastante violentos, quando suas decisões são contrariadas. Na narrativa de Firmina isto é exposto no diálogo através da fala da mãe de Tancredo: “- *Tancredo, não chames sobre ti a cólera de teu pai. Oh! Deus não protege a quem se opõe à vontade paterna!*” (Reis, 204, p. 63).

As decisões dos chefes das famílias deveriam ser preservadas e nunca questionadas, como fala do pai de Tancredo:

Honroso é o emprego que te oferecem, e eu ousar esperar que o meu Tancredo, não só o não recusará; porque foi solicitado por seu pai, como não deixará de partir breve, obedecendo às ordens superiores que o mandam a cidade de *** (Reis, 2004, p. 74).

Além do pai de Tancredo, percebemos a reafirmação deste homem, que não aceita questionamento em Fernando P. Assim o descreve Firmina:

Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera – um sclerato.

Nunca mais cansou de duplicar rigores às pobres criaturas, que eram seus escravos! Aprazia-lhe o sofrimento destes; porque ele também sofria (Reis, 2004, p. 143).

É ainda totalmente destemido e não demonstrava nenhum sofrimento.

Para os demais a hora da meia-noite não tem significação. O comendador Fernando não estava nesse caso – amava; e sua paixão era ardente e arrebatada como seu vulcânico coração. Entrou corajosamente no cemitério, onde com terror o acompanharam seus dois pajens horripilados e trêmulos.

Todavia mais de um remorso lhe devia povoar a alma de terror à vista desse lugar onde dormiam Paulo B... Luísa, e tantos outros cujos dias ele tanto amargurara, e cuja morte talvez pesasse sobre sua consciência!

Mas Fernando P... não era homem que parecesse ter remorso: talvez o fogo de seu amor sufocasse em sua alma todos os outros sentimentos que por ventura aí existiam (Reis, 2004, p. 184).

Firmina posiciona-se frente a este modelo de sujeito inquestionável e dotado de certezas. O personagem Fernando P. que durante toda a trama foi o algoz, passa a ser caracterizado de outra forma pela escritora.

Então esse homem endurecido e cruel vergou ao peso de tão enorme remorso... Fernando P... pela vez primeira compreendeu o que era a dor no coração de outrem! Gemeu de aflitiva angústia ante o supremo sofrimento da mulher, que amava, e invocou-a com ternura (Reis, 2004, p. 220).

Fernando P., assim como os demais personagens, é condenado a uma prisão perpétua, no caso dele foi a sua consciência. Firmina mata cada um de seus personagens, pela dor do desamor, pela bravura motivada pela lealdade ou vingança.

Percebemos que suas impressões sobre as relações estabelecidas em meados do século XIX são expostas em seu romance. O homem rude e ligado aos valores construídos pelos discursos clericais, o jovem obrigado por sua família a estudar em outras cidades, buscando qualificação profissional, o escravo que mesmo liberto não consegue romper com os sentimentos de lealdade, reforçando as características servis de um passado próximo. Todas estas relações podem ser identificadas na trama fiminiana.

O discurso produzido por Firmina foi pautado em conceitos ligados a heteronormatividade presente no cenário social e nos sujeitos sociais, fruto do contexto que ela escreve. A escritora compõe seus personagens de acordo com a distinção de gênero que é enfaticamente processada por vários produtores de discursos que objetivam atualizar os padrões

de inteligibilidade. Butler (2003) afirma que a inteligibilidade é assentada na matriz “*sexo - gênero - desejo - práticas sexuais*” que localiza os sujeitos como distintos, opostos e complementares. Esta matriz reforça e institui a distinção entre homem e da mulher, feminino e masculino, necessários para o funcionamento das relações sociais. Durante toda a obra firminiana percebemos estas demarcações que distinguem de forma binária seus personagens. O que é inovador, na trama, são as reflexões sobre as condições sociais desta mulher, que é percebido como um posicionamento político da escritora maranhense.

Entretanto, para que esta e outras produções da escritora pudessem ser divulgadas identificamos alguns elementos sociais que contribuíram para este processo, como apontamos no capítulo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que aqui apresentamos é possível devido aos deslocamentos conceituais e metodológicos feitos na história, a partir das mudanças paradigmáticas das ciências sociais e humanas no século XX. Observar um contexto histórico através de uma obra literária e perceber como o autor constrói sua narrativa já foi alvo de grandes críticas, mas na atualidade deram margem às novas interpretações e possibilidades de escrita e reinvenção da história. Desde os precursores da história social e cultural até o momento, percebemos grandes investidas em estabelecer novas metodologias que permitem desenvolvermos este tipo de estudo.

No romance “Úrsula”, escrito por Maria Firmina em 1859, são retratados temas como o amor, o ódio, o casamento, a maternidade e a escravidão. A narrativa firminiana permite perceber como são estabelecidas as relações sociais em meados do século XIX, deixando transparecer as convicções políticas da escritora, como nos casos da escravidão e das posturas hierarquizantes que segregavam muitas mulheres.

Embora “Úrsula” tenha sido nosso ponto de partida, não exaurimos aqui nossa investigação sobre Maria Firmina, pois tínhamos como objetivo perceber a sociedade que estava inserida e como tais elementos operaram na produção do discurso firminiano, por isto analisamos outros textos literários da escritora maranhense, presentes em jornais e revistas. Percebemos que Firmina publicou com certa regularidade na segunda metade do século XIX, aliando as atividades como professora e como escritora.

A obra de Maria Firmina merece um papel central nos estudos literários e históricos maranhenses, visto ser produzida em condições que a escrita da mulher era limitada, retratando com um posicionamento político que refletia sobre as relações sociais entre homens e mulheres

no século XIX.

Firmina constrói sua narrativa baseada na divisão binária de gênero, estabelecendo de forma clara os posicionamentos de homens e mulheres no século XIX. Criticou as desigualdades estabelecidas em seu cotidiano, foi destemida e inovou em muitas ações em seu contexto social.

Motivada por elementos que favoreciam tal investidura buscou romper com as determinações destinadas as mulheres em seu contexto social. A difusão da imprensa e as mudanças e novos hábitos trazidos com os sentimentos de modernidade; as experiências de outras escritoras em estados brasileiros permitem e incentivam práticas como as desenvolvidas por Firmina. Não temos como afirmar que ela era ciente dessas outras mulheres na literatura, mas segundo a afirmação que ela mesma escreve na apresentação do romance “Úrsula”, em 1859, esperava que outras a sucedessem na atitude de romper com o silêncio das mulheres. Tudo isto foi capturado por Maria Firmina no desenvolvimento de seu trabalho e nos permitiu desenvolver este estudo aqui que buscou colaborar para a manutenção da memória da escrita de mulheres no Maranhão, como forma de homenagem e enaltecimento às posturas que permite modificarmos práticas outrora tão naturalizadas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero** (séculos XIX e XX). 2010

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 2013

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003

CAMPOS, Marize Helena. As Donas do Poder: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800 – 1822). In. GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís. Editora UEMA, 2009.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Revista Topoi**. n. 1, p. 197 – 216. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores. Acesso em: 17 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. Revista Co-herencia, n. 7, Universidad EAFIT, Colômbia, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/774/77413255006.pdf>. Acesso em: 10 maio 2012.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos. EdUFSCar, 2012a.

CHARTIER, Roger. História Cultural do autor e da autoria. In: FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite. **Autoria e história cultural da ciência** (orgs.). Rio de Janeiro, Beco do Azogue, 2012b.

CHARTIER, Roger. Aula Inaugural Cóllege de France (2007). In. ROCHA, João Cezar de Castro (org). **Roger Chatier - a força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual . In. Richard Parker e Regina Maria Barbosa (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: estética –literatura e pintura, música e cinema**. Vol III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244–261, 1991.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras brasileiras do século XIX: Antologia**. Volume I. 2ª edição. Editora mulheres, Edurisc, 2003

MENDES, Algemira Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláquia na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:
http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=773. Acesso em: 15 fev. 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; Escrava**. (1859). Atualização de texto e Pósfácio de Eduardo de Assis Duarte. Minas Gerais: Editora Mulheres – PUC/MG, Belo Horizonte. 2004.

SALES, Tatiane da Silva. Educação para o lar: instrução e condição social feminina em São Luís (1900 – 1920). In. ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no**

Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX), 2010.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, P. **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOUSA, Alexandre Miller Câmara. Da Igreja aos Bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina em São Luís na segunda metade do século XIX. In. ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no Maranhão:** estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX), 2010.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão:** Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/en.php>. Acesso em: 13 nov. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxism. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

JORNAIS

JORNAL DO COMMERCIO. São Luís, 1861. Disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público do Estado do Maranhão.